



PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

Travessa Souza Machado, 146, Centro, Grossos/RN CEP: 59675000 CNPJ: 08.077.273/0001-46

Fls.:	_____
Rubrica:	_____
Matricula:	_____

TERMO DE REFERÊNCIA

I-OBJETO: Aquisição parcelada de combustível para atender a frota de veículos automotores da Prefeitura Municipal de Grossos/RN

II- JUSTIFICATIVA: Trata-se de aquisição de combustível (Gasolina Comum, S- 10, Diesel e Etanol) para atendimento das demandas dos veículos da frota oficial e locada do Município de acordo com as necessidades de deslocamento dos diversos setores das Secretarias. Informamos que o fornecimento do referido material é vital para o funcionamento da frota de veículos do Município, os quais, destinam-se ao transporte de funcionários e usuários dos serviços públicos em geral. A interrupção do fornecimento poderá causar grandes danos ao Município, pois os veículos que fazem uso de combustíveis, são de suma importância para o bom funcionamento dos serviços prestados pelo Município a população, no desempenho das atribuições constitucionalmente impostas ao Município de Grossos/RN.

Os veículos da Prefeitura de Grossos são frequentemente usados para uma variedade de serviços públicos, incluindo, serviços de emergência, manutenção de estradas, coleta de lixo, transporte público e muito mais.

O combustível é essencial para manter esses veículos em operação e garantir que os serviços municipais possam ser prestados de maneira eficiente. Sendo a aquisição de combustível é fundamental para garantir a continuidade desses serviços, que são essenciais para o bem-estar da comunidade.

Em resumo, a aquisição de combustível pela Prefeitura Municipal Grossos é essencial para garantir a prestação eficiente de serviços públicos, a manutenção da infraestrutura e o cumprimento de obrigações legais, contribuindo assim para o bem-estar e o desenvolvimento da população.

III- PRODUTO(S) E ESPECIFICAÇÃO(ÕES) TECNICA(S):

A aquisição e/ou serviços a serem oferecidos encontram-se discriminados e devidamente especificados a seguir:

Item	Descrição	Quant.	Unid.
1	GASOLINA COMUM (fornecimento por meio de posto na sede do município)	280.000,00	Litro
2	DIESEL S-10 (fornecimento por meio de posto na sede do município)	80.000,00	Litro
3	ETANOL (fornecimento por meio de posto na sede do município)	60.000,00	Litro
4	GASOLINA COMUM (fornecimento por meio de posto na cidade de Mossoró/RN)	79.200,00	Litro



PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

Travessa Souza Machado, 146, Centro, Grossos/RN CEP: 59675000 CNPJ: 08.077.273/0001-46

Fls.: _____
Rubrica: _____
Matricula: _____

5	DIESEL S-10 (fornecimento por meio de posto na cidade de Mossoró/RN)	120.000,00	Litro
6	ETANOL (fornecimento por meio de posto na cidade de Mossoró/RN)	18.000,00	Litro
7	DIESEL COMUM (fornecimento por meio de posto na sede do município)	260.000,00	Litro
8	GASOLINA COMUM (fornecimento por meio de posto na capital do estado, Natal-RN)	15.000,00	Litro
9	DIESEL COMUM (fornecimento por meio de posto na cidade de Mossoró/RN)	10.000,00	Litro
10	DIESEL S-10 (fornecimento por meio de posto na capital do estado, Natal-RN)	5.000,00	Litro
11	ETANOL (fornecimento por meio de posto na capital do estado, Natal-RN)	5.000,00	Litro
12	DIESEL COMUM (fornecimento por meio de posto na capital do estado, Natal-RN)	2.100,00	Litro

- ✓ Os valores referência para fins de aplicação do maior desconto, serão calculados com base, no preço médio para consumidor nos Municípios de Mossoró/RN e Natal/RN, expresso no relatório da ANP no resumo Semanal por município, ou na falta deste, a variação dos preços médios publicados para o Estado do Rio Grande do Norte, que será divulgado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ao consumidor final) deduzido do desconto ofertado na proposta.
- ✓ Os valores serão calculados Semanalmente e aplicado o desconto sobre os valores expressos.
- ✓ Caso o valor com desconto, fique superior o praticado na bomba de combustível, será concedido o desconto maior, praticando nesse período o valor da bomba, para que a administração venha contratar preço de mercado, evitando assim, prejuízo ao erário.
- ✓ O acesso à tabela pode se dar pelo sítio eletrônico: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>. O preço a ser utilizado será o da coluna "Preço Médio" para as cidades de Mossoró/RN e Natal/RN.
- ✓ A empresa vencedora dos itens: 1,2,3 e 7, deverá possuir posto de combustível localizado dentro da distância (raio) máxima permitida, ou seja, o Posto de Combustível deve ser situado em um raio máximo de 10 km (dez quilômetros) da sede da Prefeitura Municipal de Grossos/RN, localizado na Travessa Souza Machado, nº 146, Bairro Centro. ¹



PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

Travessa Souza Machado, 146, Centro, Grossos/RN CEP: 59675000 CNPJ: 08.077.273/0001-46

Fls.:	_____
Rubrica:	_____
Matricula:	_____

IV- CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA:

A empresa receberá através de e-mail, ou pessoalmente esta Ordem de Execução, e terá um prazo máximo de 01 (um) dia para efetuar a entrega dos produtos, constantes da ordem de compra. O fornecimento dos itens componentes do objeto da presente licitação será efetuado, parceladamente, à medida das necessidades da PMG, na Sede da licitante por se tratar de produto inflamável, de acordo com as quantidades e especificações constantes na Ordem de Compra, sendo a documentação devidamente conferida pelo Fiscal de Contrato e/ou Ata de Registro de Preços.

O não fornecimento dos produtos será motivo de aplicação das penalidades previstas no edital.

V- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Contratada obriga-se a:

Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

VI- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A Contratante obriga-se a:

Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento no prazo previsto.

VII- MEDIDAS ACAUTELADORAS:

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação

VIII- CONTROLE DA EXECUÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

Travessa Souza Machado, 146, Centro, Grossos/RN CEP: 59675000 CNPJ: 08.077.273/0001-46

Fls.: _____
Rubrica: _____
Matricula: _____

A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

O gestor do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

IX- AVALIAÇÃO DOS CUSTOS:

Será realizado a pesquisa de preços, afim de apurar os preços praticados no mercado. O custo estimado será apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base nos Preços emitidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás e Bio Combustível - ANP, em pesquisas de mercado e mediante consultas.

X- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

XI- PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do Contrato ou Ata de Registro de Preços.

XII- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Este termo de referencia encontra-se fundamentado no art. 6º, inciso XXIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

Grossos/RN, 20 de abril de 2026.

MOZANIEL ALVES DE SOUSA
Sec. Munic. de Adm, Planejamento, Finanças e Tributação



PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

Travessa Souza Machado, 146, Centro, Grossos/RN CEP: 59675000 CNPJ: 08.077.273/0001-46

Fls.:	_____
Rubrica:	_____
Matricula:	_____

AUTORIZADO EM ____/____/____

Cinthia Sonale Silva Alves e Souza
Prefeita

1 É possível a Administração Pública delimitar uma distância máxima do estabelecimento prestador de serviço a ser contratado, pois, conforme a distância apresentada, os gastos com o deslocamento dos veículos gerariam despesas e ainda, dependendo da distância apresentada, a manutenção dos veículos tornar-se-ia inexecutável. Ainda neste contexto, corroborando com a idéia de que alguns objetos licitados podem ter sua localização geográfica limitada para a execução satisfatória do contrato, trazemos à baila trecho do relatório do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ, no julgamento do HC 88.370 / RS, publicado no DJ de 28/10/2008, a saber: O STJ já se manifestou sobre a possibilidade de delimitação geográfica: “3. Conforme a decisão emitida pela Corte de contas Estadual, não há o que censurar na compra dos combustíveis, quanto há um único posto de abastecimento na cidade; não poderia a Administração concordar que os veículos do Município se deslocassem a longas distâncias para efetuar o abastecimento, com visíveis prejuízos ao Erário (...)” Isto posto, com base no relatório supramencionado, não há ilegalidade na delimitação da localização geográfica haja vista esta limitação ter como objetivo principal atingir, de forma dual, a economicidade e efetividade dos serviços prestados. Seguindo os ensinamentos de Marçal Justen Filho, em seu comentário ao Artigo 3º, § 1º, I, da lei de licitações: “O dispositivo não significa, porém, vedação a cláusulas restritivas da participação. Não impede a previsão de exigências rigorosas nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. Se a restrição for necessária para atender ao interesse público, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Terão de ser analisados conjuntamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação. Aliás, essa interpretação é ratificada pelo previsto no Artigo 37, XXI, da Constituição da República(...)”. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 9ª ed., São Paulo: Dialética, 2009.)